

# GOVERNO PREPARA ARROCHO

*A dúvida agora é saber onde fazer cortes necessários para ajustar as contas do país depois da elevação dos juros*

Sandro Silveira

Da equipe do **Correio**

Com agências

O governo fará cortes de R\$ 1,4 bilhão a R\$ 2 bilhões nos seus gastos deste fim de ano para bancar o aumento das despesas com o pagamento da dívida pública (débitos da União, estados e municípios), provocado pelo recente aumento das taxas de juros. O corte foi decidido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em reunião com dez ministros. Hoje, ele reforçará a necessidade de cortes, às 10h30, em reunião com os presidentes Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), do Senado, Michel Temer (PMDB-SP), da Câmara, e os líderes dos partidos governistas.

Como em abril, o governo já havia reduzido despesas em R\$ 8,7 bilhões, o corte decidido ontem eleva para mais de R\$ 10 bilhões a redução feita no orçamento aprovado pelo Congresso para este ano. Os ministros decidirão esta semana onde serão feitos os cortes. O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, afirmou que "é preciso cortar gorduras", mas Fernando Henrique abriu a reunião afirmando que "os projetos do Programa Brasil em Ação continuam intocáveis".

Com os cortes, o governo espera obter superávit primário (receita superior às despesas excluídos os pagamentos de juros) de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano e mostrar que a saúde econômica do país está melhor. Mas os contribuintes não estão livres de pagar uma parte da conta do aumento dos juros em 1998.

No Congresso, aliados políticos do governo admitiram em conversas reservadas que o esforço para pagar a conta dos juros pode incluir aumento da carga tributária. Como

é proibido aumentar impostos em um mesmo ano, a opção seria elevar contribuições, como Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Sua alíquota atual é 0,20% e a emenda constitucional aprovada pelo Congresso permite que ela seja de até 0,25%. Kandir, entretanto, desmentiu o aumento de impostos.

## DIFICULDADES

De acordo com o especialista em finanças públicas Raul Velloso, o aumento dos juros (a taxa básica mensal do Banco Central — TBC — subiu de 1,58% para 3,05%), faz com que as despesas com o pagamento da dívida pública, que é de R\$ 281 bilhões, cresçam em até R\$ 2 bilhões por mês.

Basicamente, essa dívida é representada por títulos (uma espécie de cheque pré-datado que paga juros e correção monetária) que são pagos em datas específicas. Nessas datas, o governo emite mais títulos para captar dinheiro e pagar os que estão vencendo. Os novos títulos serão totalmente atingidos pelas novas taxas de juros, mas técnicos do Tesouro ainda estão fazendo as projeções sobre o impacto neste fim de ano.

A opção básica de corte que está sendo avaliada envolve o item de custeio da máquina pública (gastos com limpeza, água, luz, burocracia, vigilância e outros) e investimento. O custeio está no limite, segundo especialista do Tesouro, e cortes de investimentos são problemáticos, pois uma parte da reserva de fim de ano — R\$ 700 milhões — está direcionada para atender emendas feitas por deputados e senadores no orçamento deste ano.

Esses R\$ 700 milhões atenderão a 85% das emendas dos parlamentares e sua divisão está sendo negociada pelo ministro da Coordenação Política, deputado Luiz Carlos Santos (PFL-SP). Mexer neles é uma temeri-



Paulo de Araújo 11.10.96



*Kandir: sem definição de quais setores sofrerão cortes, mas com a certeza de que "é preciso cortar gorduras" do Orçamento para o próximo ano*

dade em período de votação intensa no Congresso, como o atual, que envolve o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e reformas constitucionais.

## ESTATAIS

Outra possibilidade de corte envolve os orçamentos das estatais, mas segundo especialista da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, esses gastos já estão estrangulados. Além disso, menos investimentos nas estatais pode derrubar o valor das ações delas nas bolsas de valores, o que pode ser ruim nesse momento em que a crise recente dá sinais de estar passando.

As necessidades de cortes em 1998 estarão muito próximas de R\$ 2 bilhões mensais, mas devido às pressões políticas, o governo só terá meios de adequar o Orçamento Geral da União do ano que vem à nova taxa de juros depois que a proposta for votada pelo Congresso. "Não vai ter nada de mandar novo Orçamento", avisou Antônio Carlos Magalhães. "Vamos votar até o dia 15 (de dezembro)", completou.

Isso significa, primeiramente, que o efeito da crise nas bolsas não impedirá que constem do Orçamento de 1998 os R\$ 3 bilhões para emendas dos parlamentares. Os políticos querem aplicar esse dinheiro em obras,

antes das eleições. Se a verba sair efetivamente dos cofres públicos é outra discussão. Deputados e senadores não querem ser privados de apresentarem suas emendas, porque elas, mesmo que não se realizem, já são um instrumento de propaganda eleitoral.

Como os políticos não aceitam reprogramar sua expectativa para 1998, o governo terá de adaptar a receita e a despesa por meio de pedido de crédito suplementar, previsto para ser enviado à Comissão Mista de Orçamento no início do ano que vem. O primeiro impacto da crise no Orçamento recai sobre as contas dos juros. Pela proposta orçamentária

original enviada ao Congresso, os juros reais consumiriam R\$ 21 bilhões em 1998, cerca de R\$ 7 bilhões além do que o previsto para este ano, conta que também ultrapassará a projeção oficial.

A resistência do Congresso a atrasar seu calendário de votações do Orçamento de 1998, que só chega à plenário depois que os acordos são fechados na Comissão, tem uma vantagem para o governo. O Ministério do Planejamento terá mais tempo para avaliar o desempenho da economia e das contas públicas. Esse cálculo também já está sendo feito pelos técnicos da Comissão de Orçamento.